

UNIVERSIDADE TIRADENTES

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KAREN SOUZA DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PARA AS FAMÍLIAS DE MALHADA DOS BOIS/SE

PRÓPRIA

2013

KAREN SOUZA DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PARA AS FAMÍLIAS DE MALHADA DOS BOIS/SE

TCC apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Tiradentes – UNIT como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

ORIENTADORA: Gilmara Rezende Cardoso Xavier

CO – ORIENTADORA: Aline Cristina Santos Silva

PRÓPRIA

2013

KAREN SOUZA DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PARA AS FAMÍLIAS DE MALHADA DOS BOIS/SE

TCC apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Tiradentes – UNIT como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Aprovada em 09 / 12 / 2013

Banca Examinadora

Orientadora Esp. Gilmara Rezende Cardoso Xavier
Universidade Tiradentes

Examinadora Esp. Aline Cristina Santos Silva
Universidade Tiradentes

Examinador Msc. José Wagner Costa de Santana
Universidade Tiradentes

Dedico esse trabalho aos meus pais Ademir e Zélia, às famílias malhadenses beneficiárias do Bolsa Família, e a todos que contribuíram significativamente para a realização deste.

AGRADECIMENTOS

E mais um capítulo da minha jornada é concluída com êxito. Estou muito feliz por ter conseguido chegar aonde cheguei e como cheguei. Foram lutas, empecilhos e dificuldades, mas como sempre meu maravilhoso Deus, digno de toda honra, me deu força cada dia desta minha “caminhada”, para assim construir esse belíssimo trabalho. Agradeço em especial a Deus, sem ele nada disso seria viável.

Agradeço a todos os professores da Universidade Tiradentes desde o início até o final do curso, por terem dividido seus conhecimentos, pela paciência com os alunos de minha sala, pelo carinho com a gente, e pela dedicação da maioria. Vocês foram muito importantes para que esse momento em minha vida se concretizasse.

À Universidade Tiradentes por ter proporcionado um vasto conhecimento em meu curso, não só na vida profissional, mas também na vida pessoal. Parabenizar também pelo quadro de profissionais competentes e capacitados, e professores comprometidos com os alunos. Não se esquecendo dos eventos, palestras e oportunidades que a academia nos proporcionou durante o período de estudo.

Sou grata a Assistente Social *Rosângela*, pois foi a através dela que todo esse trabalho se deu início, quando fui sua estagiária em Malhada dos Bois/SE na Secretaria Municipal de Assistência social, a partir daí sentir a anseio de abordar o meu trabalho de conclusão de curso sobre o Bolsa Família.

Agradeço também a minha professora *Patrícia*, uma excelente profissional. Foi ela quem possibilitou cada conhecimento a cerca da pesquisa e de sua relevância para a sociedade, além de contribuir para a construção do projeto de pesquisa e isso foi muito importante para o desenvolvimento do meu trabalho em questão.

A minha querida professora e orientadora *Gilmara*, pessoa importante, que contribuiu significativamente para a concretização deste. Obrigada pela dedicação, pela paciência, por ter confiado em meu potencial, por ter estado sempre à disposição, por ter me incentivado e por todo conhecimento perpassado. Sou grata a você!!!

Aline, mais uma vez obrigada por contribuir com mais um trabalho meu, por dividir comigo seu conhecimento, por ser sempre profissional e dedicada no que faz. Sou grata a você, por ter me ajudado neste meu trabalho, pela colaboração, pelo carinho e pelo seu

profissionalismo, seja sempre assim e seu futuro será brilhante, pois você é capaz e eu acredito em seu potencial.

Ao professor *Jose Wagner*, por ter aceito o convite para participar da Banca de minha Monografia.

Aos meus queridos pais *Ademir* e *Zélia*, pela força e dedicação nos momentos mais difíceis, por terem acreditado em mim e nunca deixar desanimar em meio às circunstâncias, pelo apoio e carinho de pai e mãe. Aos meus irmãos *Hélen*, *Andrei*, *Toninho*, *Tiaguinho* e *Bile* (in memory) pessoas importantes para mim – essa é a minha família perfeita.

Ao meu noivo *Aldenison*, por ter entendido os momentos ausentes, por ter contribuído direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho, que mesmo diante de inúmeras dificuldades esteve sempre ao meu lado.

Gostaria de mencionar aqui a minha gratidão às minhas duas colegas de classe que desde o início do curso estivemos juntas, trocando idéias, conhecimentos, dividindo os trabalhos e ajudando umas as outras - *Tássia* e *Francielly*, que por motivos pessoais não conseguiram concluir o curso, mas saibam que ficaria mais feliz se vocês estivessem passando por esse momento juntamente comigo, concluindo o curso de Serviço Social, profissão que tanto admiro. Vocês estarão sempre guardadas aqui em meu coração, esse “trio” será eterno!!!

A todos os meus colegas de classe, aos amigos e familiares... Serei eternamente grata a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão do meu curso. Obrigada!!!

O direito a comida significa ter certeza de que poderá se alimentar todos os dias. Significa saber que pode comer hoje, e que, nos dias seguintes, também vai ter condições de ter acesso a um alimento bom, de qualidade, em quantidade suficiente para sua sobrevivência digna e com saúde,

(Marco Aurélio Weissheimer).

RELAÇÃO DE SIGLAS

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;

PBF – Programa Bolsa Família;

PNAS – Política Nacional de Assistência Social;

SUAS – Sistema Único de Assistência Social;

CF – Constituição Federal;

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social;

FHC – Fernando Henrique Cardoso;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social;

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;

NOB – Norma Operacional Brasileira;

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família;

BPC – Benefício de Prestação Continuada;

RG – Registro Geral;

CPF – Cadastro de Pessoa Física.

RESUMO

O presente trabalho monográfico “A Importância do Programa Bolsa Família (PBF) para as famílias de Malhada dos Bois/SE”, tem como objeto de estudo as famílias beneficiárias do PBF, localizadas na Rua Maria Rosa. Tendo como principal abordagem a análise da realidade destas famílias em questão, a importância do programa e as dificuldades ocasionadas pela pobreza. Na fundamentação teórica do trabalho será abordado a Política Nacional de Assistência, buscando entender as distinções existentes entre a proteção social básica e especial, conhecer os serviços, os programas e projetos e a partir desta análise, compreender como se dar a relação existente entre o Serviço Social e o Bolsa Família nesta atual conjuntura, marcada por uma sociedade excludente. Para tanto será feita uma abordagem histórica sobre o PBF, conhecendo os critérios e condicionalidades inerentes a este. Essa abordagem vem relatar o surgimento do Bolsa Família, quem o criou, em que momento foi criado e para que foi criado, a partir daí será possível entender como se processa a inclusão das famílias no programa.

PALAVRAS – CHAVES: Assistência; Assistente Social; Família Pobreza; Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This monograph "The Importance of the family allowance Program (BFP) for the families of the Pied Bois / SE", has as its object of study, the beneficiary families of PBF, located at street Maria Rosa. With the primary approach to analyzing the reality of these families concerned, the importance of the program and the difficulties caused by poverty. The theoretical basis of the work will be addressed to the National Policy Assistance, seeking to understand the existing distinctions between basic and special social protection, know the services, programs and projects and from this analysis is to understand how the relationship between Social Work and family allowance this juncture, marked by an exclusionary society. For such a historical approach to the PBF will be done, knowing the criteria and conditionalities attached to it. This approach has been reporting the emergence of family allowance, who created it, at what time and what was created was created, from there you can understand how it handles the inclusion of families in the program.

KEY - WORDS: Assistance; Social Worker; Family; Poverty; allowance Program.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Idade das entrevistadas.....	34
Gráfico II: Quantidade de filhos das entrevistadas.....	35
Gráfico III: Conhecimento das famílias acerca do Bolsa Família.....	35
Gráfico IV: Famílias que tem emprego formal/informal.....	38
Gráfico V: Preocupação da família com o fim do programa.....	40
Gráfico VI: Dificuldades enfrentadas antes do Bolsa Família.....	41
Gráfico VII: Em que a renda é aplicada.....	43
Gráfico VIII: Benefício bloqueado, suspenso e/ou cancelado.....	44
Gráfico IX: Renda da família além do benefício.....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
2.1	Programa de Transferência de Renda.....	24
2.2	Histórico do Programa Bolsa Família.....	25
2.3	Critérios e Condicionalidades do Bolsa Família.....	27
3	O BOLSA FAMÍLIA EM MALHADA DOS BOIS/SE	31
3.1	A importância do Programa Bolsa Família para as famílias de Malhada dos Bois/SE.....	32
3.2	A relação do Serviço Social com o Programa Bolsa Família.....	46
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico se fundamenta nos pressupostos teóricos que se referem à Política de Assistência no Brasil. Considerando um estudo de caso, acredita-se ser de grande relevância para as famílias malhadenses inseridas na realidade a ser estudada.

O presente trabalho foi desenvolvido na cidade de Malhada dos Bois/SE, com a finalidade de conhecer a realidade das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), entender o grau de importância do programa para estas, além disso, foi possível verificar a quem é destinado a renda do benefício, dentre outros aspectos relevantes.

Por meio dos objetivos específicos permitiu verificar na pesquisa a compreensão dos critérios e condicionalidades inerentes ao programa; conhecer a relação que o Programa Bolsa Família tem com o Serviço Social; e estudar a Política de Assistência para melhor compreensão do programa e, através do objetivo geral analisar a importância do PBF para as famílias de Malhada dos Bois.

O tema foi desenvolvido a partir do pensamento de autores, tais como Marco Aurélio Weissheimer, Marilda Vilela Iamamoto, dentre outros. Também teve como base as informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o qual foi possível adquirir dados relevantes para o trabalho em questão.

O estudo de caso permitirá o contato direto com essas famílias, conhecendo sua realidade, entendendo seu dia-a-dia, a contribuição e a importância que o programa traz para a vida destas. Essa aproximação com as beneficiadas possibilitará a compreensão da atual realidade em Malhada dos Bois.

A pesquisa terá norteamento por meio da abordagem qualitativa, a qual permitirá uma aproximação maior do pesquisador (aluno) com pesquisado (sociedade), podendo compreender com maior precisão a realidade das famílias inseridas no PBF. A abordagem qualitativa permitirá o entendimento e a compreensão do funcionamento do programa, bem como a relação entre as famílias beneficiadas e o programa, além de estudar a realidade vivenciada por estas.

Na pesquisa qualitativa será possível o encontro de informações, de maneira a garantir a qualidade das mesmas. Ela permite que o referente trabalho tenha dados precisos, concretos, detalhados e analisados, de maneira que possibilite a compreensão dos fatos apresentados.

Partindo dessa visão, o método escolhido foi o dialético onde se fundamenta em teorias que incorporam numa realidade em que está relacionado a um processo histórico e mais preciso. A partir deste, será plausível estudar com maior teor a realidade das famílias beneficiadas pelo programa, também possibilitando uma análise crítica nas falas dos autores, além de construir um conjunto de informações atreladas aos mesmos. Também será realizada uma análise crítica na fala das famílias beneficiadas, que por meio desse método que permitirá um melhor entendimento e compreensão da atual realidade que as mesmas se encontram. Será este método que embasará todo o trabalho, pois será realizada uma análise crítica da situação, além de possibilitar uma articulação entre os pensamentos de autores e a realidade.

Para a coleta de dados será necessário alguns instrumentos tais como questionários, entrevistas e visitas domiciliares. Também foram analisadas as falas das mães entrevistadas, ou seja, todas as informações essenciais sobre a necessidade da inserção no programa, as deficiências apresentadas e as dificuldades encontradas na ausência do benefício. Será de suma importância utilizar esses instrumentos, principalmente a análise das falas das mães, uma vez que é nesse momento que elas conseguem transmitir a situação que se passa.

Assim, foi realizado um levantamento de dados na atual conjuntura das famílias inseridas no Programa. Em meio às dificuldades e circunstâncias apresentadas por consequência da pobreza foi possível perceber a importância da renda do benefício e as necessidades enfrentada por estas.

Para tanto, torna-se pertinente salientar a importância da pesquisa, segundo Minayo (2009) a pesquisa é uma atividade constante no dia-a-dia do ser humano, que possibilita conhecer e descobrir novos caminhos e horizontes, ou seja, encontrar respostas. Através da pesquisa se constrói, se descobre, inova e atualiza uma dada realidade, modifica a vida do ser humano numa sociedade, por isso sua grande importância.

A pesquisa é uma atividade articuladora, que provoca grandes alterações em um espaço, possibilita avanços e conquistas. Hoje a sociedade vive em uma conjuntura de realidade que necessita do uso constante da pesquisa, pois a todo instante essa ação é desenvolvida, seja no o trabalho, na escola, para adquirir conhecimento ou curiosidade, enfim, a pesquisa está em nosso dia-a-dia.

Essa pesquisa será de grande relevância para o Serviço Social, pois se trata de um programa de transferência de renda do Governo Federal, o qual tem crescido nos últimos anos, com a finalidade de garantir uma renda direta a um grande número de famílias pobres e extremamente pobres no Brasil. Além de possibilitar um vasto conhecimento, o mesmo está

associado à área de Assistência Social, uma área em que tem empregado grande número de Assistentes Sociais.

Assim, possibilita repensar o agir profissional e as atribuições do Assistente Social e, ressaltar a necessidade de articular a prática profissional com a pesquisa, pois se trata de um contexto transformador, uma dinâmica articuladora, a qual permite constantemente o uso da pesquisa para a efetivação da prática do Assistente Social.

O referido trabalho será de suma importância para a sociedade, principalmente para as famílias de Malhada dos Bois/SE, pois terão a oportunidade de conhecer a real e atual situação do município de Malhada dos Bois. E por meio deste as mesmas compreenderão a importância da pesquisa na atual conjuntura. Dessa maneira, o mencionado trabalho está dividido em quatro capítulos:

O primeiro capítulo vem abordar a introdução do presente trabalho, a qual vai especificar a justificativa, as reais circunstâncias que levaram à elaboração deste trabalho; o objetivo geral vem informar a principal finalidade no lócus da pesquisa com as famílias de Malhada dos Bois/SE que é analisar a importância do programa para estas; os objetivos específicos vêm detalhar o processo de desenvolvimento do trabalho em questão, tal como os critérios e condicionalidades do programa, a relação do Serviço Social com o Bolsa Família e como a Secretaria de assistência Social de Malhada dos Bois/SE atua na inclusão das famílias no programa; e a metodologia, a qual abordará todo o processo do trabalho (onde será realizado e com quem será realizado).

O segundo capítulo aborda a Política Nacional de Assistência Social, refletindo a importância dos dois tipos de proteção social (a básica e a especial), de tal maneira que possa entender os reais objetivos desta política e a quem é destinada, para tanto será mencionada a importância dos serviços, programas e projetos oferecidos nos Centros de Referência de assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ainda neste, será desenvolvido todo um processo histórico do Programa Bolsa Família (PBF), deste seu nascimento até os dias atuais, falando do surgimento da Política de Transferência de Renda e sua importância.

O terceiro capítulo, será relatado um breve histórico da cidade de Malhada dos Bois/SE, e como é desenvolvido o processo de cadastramento do PBF neste município. Em seguida, será feita uma reflexão do trabalho realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social deste município. E por fim terá o resultado da pesquisa realizada no Conjunto Maria Rosa de

maneira contextualizada, esta é definida aqui como a parte primordial, pois é o momento de conhecer e entender a realidade das famílias malhadenses.

O quarto e último capítulo aborda as considerações finais, esta vem fazer um resumo final de todo o trabalho, informando os resultados obtidos da pesquisa com as famílias.

2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA

Na década de 30 se inicia uma nova conjuntura na área da Assistência Social, é nesse momento que as primeiras entidades e escolas de ensino começam a surgir no Brasil, como é o caso do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS criado em 1936 em São Paulo, uma organização vinculada à igreja católica. Nessa época, era predominado o assistencialismo, a caridade, a benevolência aos pobres e necessitados. Somente a partir do início dos anos 40 que surgem as primeiras instituições de Assistência Social por meio de ações do Governo.

Quando a política de Assistência Social se institucionaliza, ela se insere no âmbito da Seguridade Social, esta articulação vem garantir a democratização e participação da sociedade nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). Assim, fica formalizado ser dever do Estado à garantia dos direitos sociais básicos à sociedade.

A Política de Assistência Social vem garantir proteção social a quem dela necessitar sem nenhuma contribuição. Essa proteção propõe uma visibilidade maior, detectando assim vulnerabilidades e os riscos sociais numa determinada sociedade, de maneira que possa enfrentar as situações nessa sociedade excludente.

Essa política ganhou espaço com maior vigor a partir da Constituição Federal de 1988, conceituada na Seguridade Social, denominando o “tripé” desta a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde. Com isso a Assistência Social brasileira ganhou uma nova influência que marca toda uma conjuntura. Inserida e articulada na Seguridade Social, regulamentada pela lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, inicia como uma política pública na garantia do acesso aos direitos previstos em Lei. Assim, conforme a Revista de Serviço Social:

Um marco importante para a institucionalização da política de assistência social no país foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que não somente instituiu a assistência social no âmbito da seguridade social, mas também de certa forma restabeleceu e fortaleceu o pacto federativo, indicando a democratização da gestão e a participação da sociedade nos três níveis de governo, formalizando de certo modo os direitos sociais básicos e o correspondente dever do Estado e da sociedade com relação às políticas sociais, além de esboçar um novo padrão de proteção social sob o princípio da equidade (REVISTA DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 47).

A LOAS veio complementar os direitos previstos na Constituição Federal, logo se faz presente, trazendo consigo um grande arcabouço na garantia de direitos, com respaldos suficientes para promover o desenvolvimento social de famílias em vulnerabilidade e/ou risco

social. Logo em seguida, em 2004, nasce a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual vem fortalecer ainda mais esses direitos conquistados, de tal forma que seja universalizado, promovendo desenvolvimento e organização dos serviços, programas e projetos sociais.

Com a CF/88 foi possível a promulgação da LOAS pela Lei nº 8.742. Ela traz consigo grandes conquistas e avanços no campo dos direitos para a sociedade brasileira. Além disso, tem como finalidade a inclusão dos excluídos dos serviços públicos. Partindo desta análise, na LOAS, em seu artigo 2º expressa os objetivos da assistência:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, a adolescência e a velhice.
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária.
- V – a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem que não possui meios de prover à própria, manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme dispuser da lei (LOAS NOTADA, 2009, p. 6).

Assim a PNAS vem juntamente com as políticas setoriais garantir às famílias e indivíduos seus direitos. Esses direitos estão previstos na LOAS, em seu artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

O público ou usuários que usufrui dos serviços da Assistência Social são caracterizados como cidadãos em situação de vulnerabilidade social e/ou riscos sociais, tais como: pessoas com direitos violados, excluídos, com vínculos aniquilados, dentre outras situações de sua natureza. Deste modo, a PNAS está organizada por meio de seus princípios, diretrizes e objetivos, e estes caracterizam a Política de Assistência Social, como está formulada e estabelecida. Sendo assim, conforme a (LOAS, 1993, p.246) os princípios estão definidos da seguinte maneira:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tomar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão. À convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

É perceptível a importância dessas garantias de direitos para a sociedade, diante de tanta luta e reivindicação pelo reconhecimento e conquista de direitos, é pertinente perceber que os princípios acima citados vêm corroborar a universalização dos direitos sociais na assistência social, garantindo ao cidadão brasileiro o acesso pleno aos serviços oferecidos nos espaços públicos. De tal forma, que não deixa de ser importante mencionar as diretrizes, preceito importante para concretização da assistência, sendo assim, conforme a CF/88 e na LOAS, são Diretrizes da Assistência :

- I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio-territoriais locais;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV – Centralidade na família para concessão e implantação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

É notório que os avanços até hoje conquistados são fruto de muitas lutas. A CF, resultado dessas lutas, vem concretizar essas conquistas. Cabe salientar a importância da sociedade civil na participação de decisão mediante a formulação e controle de projetos sociais. Com a descentralização dos programas e serviços, pertencendo assim aos municípios a responsabilidade administrativa local, tornou-se ainda mais acessível os espaços onde são ofertados estes, permitindo assim, a aproximação da população à essas entidades. Os objetivos conforme a LOAS vem reforçar a garantia de acesso dos usuários aos serviços da assistência social, esses objetivos estão estabelecidos da seguinte maneira:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Então, esses objetivos vêm reafirmar a garantia dos indivíduos e famílias do acesso nos espaços públicos da assistência social, contribuindo no desenvolvimento social destes. Tornando ainda mais viável o acesso e direitos de participar, de usufruir de programas, projetos, serviços e diversas ações em prol do desenvolvimento social das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Mediante a aprovação da PNAS, é instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seu modelo de gestão é descentralizado e participativo. O SUAS consiste em regular, definir e organizar ações a serem executadas na Política de Assistência Social, por meio dos princípios, diretrizes e objetivos. Assim, podemos analisar:

Conforme podemos constatar, destarte, em termos político-institucionais, não há dúvida de que a chegada, de certa forma “tardia”, do Sistema Único de Assistência Social, após onze anos de publicação da Loas e dezesseis anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolida de fato a política de assistência social no âmbito do direito social e da cidadania. Mais do que isso, o Suas está efetivamente materializando as reais condições não apenas para se elevar a assistência social como política no âmbito da seguridade social, mas, principalmente, consolidando o caminho mais viável na contemporaneidade para uma reforma do sistema de proteção social brasileiro (REVISTA DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 53).

O SUAS é um modelo de gestão descentralizado e participativo, está organizado em todo o território nacional por meio do desenvolvimento de ações sócio-educativas. Os programas, projetos e serviços por ele organizados e desenvolvidos, o qual tem como principal foco as famílias que se encontram em situação complexa. Entende-se ainda que este é co-financiado pelas três esferas de governo (Estados, Distrito Federal e Municípios), assim é importante salientar que a sociedade civil tem o direito de participar da implantação e implementação dos programas, projetos desenvolvidos por estas entes. Um dos principais serviços sócio-assistenciais do SUAS está relacionado a Proteção Social. Esta está dividida em três formas de segurança, são elas: segurança de sobrevivência ou rendimento e de autonomia; segurança de convívio ou convivência familiar; e segurança de acolhida.

A segurança de sobrevivência ou rendimento e de autonomia refere-se a produção de proteção social básica para as pessoas com deficiência sem nenhuma fonte de renda, famílias fragilidades e em situação de calamidade. Por sua vez, a segurança de convívio ou convivência familiar refere-se aos cuidados oferecidos por meio de serviços os quais restabelecem os vínculos familiares e comunitários mediante a oferta de conhecimentos sócio educativos. Por fim, a segurança de acolhida se desenvolve por meio de cuidados, serviços e projetos, de maneira que proteja as pessoas em situação de abandono, maus tratos de crianças, adolescentes, jovens e idosos a partir de recursos materiais de abrigo, alimentação vestuários e etc.

A Assistência Social está dividida em Proteção Social Básica e Especial, ambas visam contribuir com a oferta de projetos, programas, serviços e benefícios para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou riscos sociais.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de riscos, essa prevenção surge a partir da implantação e desenvolvimento de projetos e programas nos municípios, onde esses possam fortalecer os vínculos familiares. É o caso do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) responsável por promover um conjunto de ações, tais como o acompanhamento, a inserção das famílias nos serviços sócio-educativos e de convivência. Um dos seus objetivos é o fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção do seu rompimento. É destinado a usuários e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social, em consequência da pobreza, ausência de renda dentre outras situações da mesma natureza.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício que está integrado a proteção social básica, é uma garantia de renda. É um direito garantido pela Constituição federal e consecutivamente regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Este é destinado a pessoas com deficiência física ou idosa (a partir de 65 anos de idade) que cuja renda mensal per capita seja inferior a (um quarto) 1/4 do salário mínimo. O benefício deve ser verificado a cada dois anos, de maneira que possa avaliar o desenvolvimento econômico e social do beneficiário em virtude, ou seja, avaliar as condições em que o beneficiário encontra-se no momento, se ainda realmente precisa do benefício ou se já tem condições de prover sem o mesmo. A renda perpassada mensalmente refere-se a um salário mínimo e tem como responsabilidade do Estado e competência do Governo Federal.

Já os benefícios eventuais, se caracterizam por ter um caráter provisório prestados às famílias em virtude de situação de vulnerabilidade temporária. A concessão dos benefícios é deliberada pelo Estado, Distrito Federal e municípios. Assim, como coloca o artigo 22 da LOAS “entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementadas que integram organicamente as garantias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”. Logo, tem como objetivo somar uma determinada necessidade temporária, em consequência de situação de vulnerabilidade social. Estes são ofertados em todos os municípios.

Esses serviços de proteção social básica são contemplados diretamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Este por sua vez, é uma unidade pública estatal da assistência social, e está instalado nas localidades com alto índice de vulnerabilidade social, de modo a promover e garantir o acesso e a inclusão nos programas e serviços na proteção social básica. Esses serviços de proteção social básica são ofertados principalmente às pessoas

em situação de vulnerabilidade social, o qual busca contribuir para o desenvolvimento social das famílias em situação de risco.

Os CRAS são classificados de acordo com o porte: Pequeno Porte I atende até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II atende até 3.5000 famílias referenciadas; Médio, Grande, MetrÓpole e DF, a cada 5.000 famílias referenciadas.

O CRAS trabalha focado diretamente em famílias e indivíduos, com oferta de orientações, além disso, é responsável pela oferta do PAIF, programa esse que trabalha com a família, de maneira que promova a proteção e a socialização da mesma. Vejamos os principais serviços da proteção social básica:

São considerados serviços de proteção básica “o Serviço de Proteção Integral a Família - PAIF; Programa de inclusão produtivas e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de convivência para idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, a garantia do direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; serviços sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programa de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento de incentivo dos vínculos familiares e comunitários; Centro de informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos (BRASIL, 2005, p. 36).

A atual realidade da sociedade está associada a inúmeras situações socioeconômicas, consequência da violação de direitos, afetando principalmente crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos. Assim, esses membros tornam-se cada vez mais vulneráveis aos riscos sociais, quais sejam como: exploração sexual, violência física, psicológica, agressões, violação de direitos. Os indivíduos que passam por alguma situação de risco ou violação de direitos são atendidos da proteção social especial. Entende-se então por proteção social especial:

A Proteção Social Especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2008, p. 42).

Na Proteção Social Especial existem Serviços Especializados de Proteção, caracterizado em um conjunto de serviços e ações em prol da garantia e defesa de direitos, o qual é feito por meio de informação, orientação, apoio e inclusão social. Esses serviços são ofertados a indivíduos tais como crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres, na unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, unidade pública estatal, responsável em oferecer serviços especializados a famílias com seus direitos violados.

A proteção social especial está dividida em Média Complexidade e Alta Complexidade. Os serviços de proteção de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos que se encontram com direitos violados, mas que não tiveram ainda os vínculos familiares e comunitários rompidos. Os serviços para este tipo de proteção são desenvolvidos no Centro de Referência Especializada e Assistência Social (CREAS). Vale ressaltar que essa proteção se diferencia da proteção básica devido se tratar de atendimento de pessoas com direitos violados.

A proteção social especial de Alta Complexidade é caracterizada como uma proteção de forma integral, garantindo moradia, alimentação, higienização e dentre outros de sua natureza. Estes são ofertados a famílias que se encontra em situação de ameaça, onde necessite se retirar do seio familiar e/ou comunitário.

Compete ao CREAS promover aos usuários o acesso aos serviços por meio de articulação da rede e outras políticas para garantir o direito à assistência social:

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Serviço especializados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado (BRASIL, 2009, p. 20).

O CREAS está dividido da seguinte forma: Municípios em Gestão Inicial e Básica possui capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos; Princípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais tem capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos.

Os programas e projetos de ambas as proteções sociais (básica e especial) são integrados à Política de Assistência por meio do SUAS, esse é um sistema único e nacional implantado em 2005. O Co-Financiamento das ações desenvolvidas é realizado pelo controle social, pelos conselhos de assistência social dos municípios, estados e união. Ambas as proteções por meio de organizações, devem garantir aos seus usuários os direitos sócio-assistenciais o qual é assegurado pelo SUAS:

Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos. Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço como reduzida espera e de acordo com a necessidade; Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais de leitura, de limitações físicas; Direito do usuário ao protagonismo de manifestação de seus interesses; Direito do usuário a oferta qualificada de serviço; e Direito de convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p. 39).

Partindo dessa análise, é indispensável reconhecer a importância que a Política de Assistência tem no âmbito da profissão de Serviço Social, uma vez que o Assistente Social está inserido cada vez mais em um leque de áreas atribuídas ao Serviço Social, sendo a área da assistência uma das que tem empregado constantemente profissionais do Serviço Social.

O Assistente Social que trabalha na Política de Assistência Social lida diretamente com programas, projetos, benefícios e serviços do Governo Federal. Assim, é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), Programa Bolsa Família (PBF), dentre outros. Dessa maneira, vale ressaltar que o Serviço Social possui uma relação direta com esses programas já que o serviço prestado pela Política de Assistente destina-se a um público que usufruem desses.

4.1 Programa de Transferência de Renda

O Sistema de Proteção Social no Brasil tem seu processo histórico iniciado na década de 1930, momento esse entendido como o período em que o país passa a viver as inovações das indústrias – substituindo a mão de obra pela tecnologia inovadora das máquinas. Assim destaca WEISSHEIMER 2010, “uma história da implementação de políticas sociais de distribuição de renda no Brasil teria que retroceder, pelo menos, à década de 1930, com a criação dos primeiros programas e leis voltados aos trabalhadores e aos setores mais pobres da população (...)”.

Não existia nenhuma proteção social nessa época, e a classe mais afetada era a classe operária, devido não ter nenhum direito trabalhista garantido, nem condições mínimas de trabalho, ocasionando o desgaste físico, doenças, dentre outros. As mudanças no mundo industrial permitiram essa turbulência na vida dos cidadãos que vivenciou esse momento crítico na sociedade brasileira.

No Brasil, a Proteção Social ganha espaço a partir dos anos 1970, momento marcado pela ditadura militar. Essa proteção tinha como estratégia minimizar os movimentos sociais contra o governo, causado pela classe trabalhadora insatisfeita pelo acesso negado de direitos trabalhistas. Mesmo diante desse contexto apresentado nos anos 1930 e 1970, somente em 1991 a política brasileira inicia o discussão sobre os Programas de Transferência de Renda, cujo objetivo inicial era a articulação de uma renda mínima com a educação. Essa articulação se dava com o acompanhamento de famílias que possuíam filhos com 7 a 14 anos, permitindo

que estes frequentassem as escolas públicas regularmente em troca de uma renda monetária.

Partindo desta análise, verificamos:

A política de garantia de uma renda social mínima – na forma de transferência de uma renda monetária – surge no Brasil apenas na década de 1990, como a iniciativa de algumas experiências descentralizadas. Mas, efetivamente, somente podemos falar de uma “política nacional de mínimos sociais” quando do momento de implementação do “Programa Nacional de Renda Mínima” criado em 2001 (Lei nº 10.129 – Programa Bolsa-Escola), malgrado a iniciativa anterior da política de apoio financeiro aos municípios na criação de programas de renda mínima (lei nº 9.533/1997) (REVISTA DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 48/49).

A partir de 1995 se inicia as primeiras praticas dos Programas de Transferência de Renda, tal como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por meio da criação da LOAS em 1993. No final do mandato de Fernando Henrique Cardoso em 2001, inicia-se o desenvolvimento de alguns programas a nível federal, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, dentre outros, tal como está destacado abaixo:

(...) No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria de renda e da qualidade de vida da população mais pobre: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sintonia, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás (...) (WEISSHEIMER, 2010, p. 55/56).

Finalmente no ano de 2003, no primeiro mandato do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, houve uma grande mudança nos programas de transferência de uma renda mínima. Essa mudança se deu com a criação de um programa de transferência direta de renda denominado Bolsa Família. Seu surgimento é decorrente da unificação dos programas já existentes. Tendo como organização as condicionalidades nas áreas da saúde, educação e assistência social.

2.2 Histórico do Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) é um Programa de Transferência de Renda Direta, o qual contempla famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso pelo sociólogo Herbet Jose de Souza, conhecido popularmente como Betinho o “pai do BolsaFamília” – lutou desde jovem contra desigualdade social, contra a fome e a miséria, foi autor de vários projetos e um deles é o

bolsa família. Sobretudo, somente no governo de Lula, em 2003, foi promulgado o PBF, regulamentado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e pelo Decreto nº 5.209/2004.

Herbet Souza nasceu em Minas Gerais em 1935. Desde sua infância vivenciou inúmeras dificuldades, dentre elas a pobreza. Formado em Sociologia, ele sempre esteve criando e inovando projetos e programas para a garantia de direitos sociais, além de participar de movimentos sociais priorizando o combate da fome de milhares de indivíduos e familiares.

Herbert morreu aos 61 anos, em agosto de 1997, no Rio de Janeiro. Em sua árdua e brilhante jornada, Betinho publicou vários livros e artigos, além de ter sido fundador de alguns programas de combate a fome e a pobreza, tal como é o caso do Programa Bolsa Família. É notável a importância que esse grande fenômeno tem para a sociedade atual, por ter contribuído significativamente com o desenvolvimento de um programa que vem aliviar a fome imediata, diminuir a pobreza e garantir o acesso aos serviços públicos.

O PBF surge com o objetivo de unificar os programas de transferência de renda já existentes, essa unificação se restringe inicialmente a quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. Dessa maneira, o resultado dessa unificação vem possibilitar a construção de uma política para enfrentar a desigualdade social, a pobreza e a mendicância. De acordo com a REVISTA DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 65/66, o programa tem como objetivo:

(...) O objetivo do programa, de acordo com os argumentos do presidente Lula e de sua equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é fazer com que o Bolsa-Família inaugure espaços em que as pessoas mais pobres devem lutar por seus direitos mais básicos e também por aqueles direitos que asseguram a participação nos processos de produção de decisões relativas ao bem comum de coletividades localmente situadas (...).

O Bolsa Família é uma estratégia do FOME ZERO do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o qual tem como objetivo garantir o direito de acesso a uma alimentação saudável, a uma educação de qualidade, à saúde e aos serviços sócio-educativos, contribuindo assim para a erradicação da extrema pobreza. Diferentemente dos programas de transferência de renda já existentes, este é um programa com contrapartidas e é considerado uma conquista na sociedade brasileira em termos de enfrentamento das desigualdades sociais.

Segundo Yasbek (2009), a unificação desses programas torna-se um grande desafio, tanto para o Estado quanto para os municípios, pois se trata de um conjunto de medidas que devem ser tomadas nos diferentes espaços onde o programa estiver inserido. Ainda destaca WEISSHEIMER (2010), que “outro desafio que acompanha o Bolsa Família desde a sua

criação é o controle sobre o cumprimento das condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social”.

É evidente que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo programa é o descumprimento das condicionalidades, onde maioria das famílias tem seu benefício bloqueado ou suspenso por esses motivos. Também é importante frisar que essas condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência são de suma importância para o bom desenvolvimento social da família.

O programa fica muitas vezes inacessível para algumas famílias, devido a distância e dificuldade de acesso entre a cidade (onde se concentra o posto de cadastramento) e os interiores (onde moram as famílias). Então, se percebe que o programa ainda enfrenta alguns desafios postos pela atual realidade de alguns municípios.

2.3 Critérios e Condicionalidades

Conforme BRASIL (2010) o Bolsa Família é um programa destinado a famílias pobres e extremamente pobres. Ele está dividido em dois tipos de benefícios: o benefício básico e o variável. O benefício básico é destinado a famílias com renda per capita (por pessoa) mensal igual a R\$ 70,00 (setenta reais), as quais se encontram em situação de extrema pobreza. Já o benefício variável é destinado a famílias com renda per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), as quais são consideradas em situação de pobreza.

O PBF é um programa com condicionalidades associadas à educação, saúde e assistência social. As condicionalidades são denominadas como compromissos que a família assume quando é inserida no programa. Esta é uma estratégia de controle do Governo para a garantia e reforço do acesso das famílias aos serviços públicos. Logo, é perceptível a importância desse controle, pois através deste é possível garantir o acesso das famílias aos serviços de educação, saúde e assistência. WEISSHEIMER (2010) diz que“(...) Seus eixos centrais de atuação eram três: transferência direta de renda; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil (...)”.

Para concessão do benefício é necessário realizar o cadastro da família. O cadastro é realizado por meio do Cadastro Único para programas sociais do governo. Para tanto, a família deve se adequar aos critérios do programa, ou seja, ela deve ter renda mensal per capita (por pessoa) de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). Conforme WEISSHEIMER, podemos entender melhor como é caracterizado esse instrumento de cadastro.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, institui-se hoje o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Suas informações viabilizam a seleção de beneficiários para programas sociais nas esferas do governo federal, estadual e municípios [...] (WEISSHEIMER, 2010, p. 38).

A prefeitura é responsável por realizar o cadastro das famílias no programa. Após cadastrar a família no CadÚnico, as informações são passadas para o sistema do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), onde são processadas as informações e repassadas à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Este órgão é responsável pela seleção das famílias conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), e pelo pagamento do benefício, onde é feito por meio de um cartão magnético emitido pela CAIXA e tem a competência de entregar o cartão, registro e senha. O dia do pagamento do benefício é efetuado conforme o último Número de Identificação Social (NIS) – ao se cadastrar no programa a família recebe um NIS; onde pode ser visto no calendário de pagamento ofertado pelas agências da CAIXA.

A educação é um recurso de grande relevância para as gerações que se iniciam. É o alicerce da criança, para tanto, a garantia do acesso das crianças adolescentes e jovens às escolas, permite que elas usufruam do conhecimento, contribuindo para seu desenvolvimento social e conseqüente a ascensão social. Conforme o MDS (2013), hoje “Cerca de 16 milhões de crianças e jovens beneficiários do programa tiveram a frequência escolar registrada de forma individualizada nos meses de agosto e setembro. Resultado é o maior desde que o sistema de registro da frequência foi implantado.”

Podemos perceber o quanto o programa evoluiu desde seu início até os dias atuais. O Bolsa Família completou 10 (dez) anos e no decorrer de todos esses anos muitas famílias foram incluídas no programa, garantindo o acesso das crianças, adolescente e jovens nas escolas, assim conforme BRASIL (2010) “o Bolsa Família comemora mais um marco na história do programa: o índice recorde de 90,8% no acompanhamento da frequência escolar

de 15,9 milhões de alunos da rede pública de ensino, beneficiários do Bolsa Família, na faixa etária entre 6 e 17 anos.”

Para garantir as condicionalidades na educação, crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos devem estar matriculados na escola, com uma frequência mínima de 85% e, para os jovens de 16 (dezesesseis) a 17 (dezesete) anos a frequência mínima de 75%. A frequência escolar é muito importante a manutenção do benefício. Em caso de doença ou transferência de escola, a família deve comunicar de imediato à direção da escola da criança, adolescente ou jovem, para assim justificar a ausência do aluno.

O acesso à saúde é também de suma importância para a permanência no programa. Quando existir mulheres em período de gestação, deve frequentar regularmente o posto de saúde para acompanhamento médico, de tal maneira que possa adquirir um bom desenvolvimento do bebê. Além disso, deve levar as crianças para as devidas consultas médicas e garantir a prevenção de doenças por meio de vacinação. Em outras palavras, as mulheres grávidas devem realizar todo o processo do pré-natal, para garantir uma boa gestação, realizar consultas nos postos de saúde. Além disso, a mãe responsável deve levar as crianças menores de 7 (sete) anos para as campanhas de vacinação no posto de saúde com o cartão da criança para o acompanhamento de seu desenvolvimento.

Os serviços sócio-educativos ofertados na assistência social têm grandes influências e vantagens positivas acerca do desenvolvimento da criança, adolescente, jovem e até mesmo os idosos. Estes serviços e programas permitem que estes públicos ocupem o seu tempo, evitando principalmente que crianças e jovens “entrem no mundo” da violência e marginalidade.

São ofertados geralmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) projetos voltados para gestantes. Estes permitem o acompanhamento da gravidez da mulher, com promoção de palestras, exercícios físicos, dentre outros. Também existem projetos voltados para os idosos, o qual motivam estes idosos, contribuindo para uma vida saudável. As principais atividades desenvolvidas são trabalhos sócio-educativos, palestras sobre seus direitos e assuntos variados, danças e passeios.

As crianças, adolescentes e jovens também usufruem desses espaços. As crianças e adolescentes de até 16 (dezesesseis) anos que se encontra em situação de trabalho infantil deve frequentar as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes de 0 (zero) a 17 anos (dezesete) anos. Dessa maneira, para

garantir o renda monetária do Bolsa Família, as famílias devem participar também dos serviços da assistência.

As famílias que não cumprem as condicionalidades estão sujeitas a algumas sanções. A família receberá um aviso por escrito (uma advertência) caso deixe de cumprir as condicionalidades. Quando o descumprimento segue duas vezes consecutivos o benefício pode ser bloqueado por 30 (trinta) dias, suspenso ou cancelado.

O bloqueio quer dizer que a família ficará 30 (trinta) dias sem poder sacar o dinheiro do benefício, mas que posteriormente, se a família voltar a cumprir as condicionalidades esta poderá receber o valor que foi bloqueado.

A suspensão do benefício acontece quando as condicionalidades deixaram de ser cumpridas por três vezes. Neste caso, a família fica 60 (sessenta) dias sem receber o benefício e não poderá ser sacado posteriormente.

O cancelamento do benefício significa que a família não participa mais do programa, e esta só poderá voltar a receber a renda deste quando realizar um novo cadastro, o qual é caracterizado como um processo longo, não tão mais fácil e acessível tal como o primeiro cadastro.

Com a descentralização, tendo os município as principais responsabilidades com o programa, ficou mais fácil o acesso às informações das famílias beneficiárias. Além de permitir um melhor acompanhamento no desenvolvimento destas. Assim destaca WEISSHEIMER, 2010, p. 37, a importância da atuação dos municípios:

(...) O êxito do Bolsa Família depende em, boa medida, da atuação dos municípios em um trabalho articulado com o governo federal. Sem isso não seria possível identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade social. A construção e a atualização permanente do cadastro dos beneficiados é um desafio logístico gigantesco. O que está em jogo aí é a identificação de cidadãos e cidadãs que vivem em bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso (...).

Portanto, o Bolsa Família é considerado hoje o maior programa de transferência de renda do Brasil, posto que beneficiou mais 13,8 milhões de famílias, ou seja, mais de 50 milhões de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, contribuindo ainda no desenvolvimento social de crianças, adolescente e jovens, reforçando o acesso aos serviços públicos onde são ofertados programas sócio-educativos. É notória sua importância para as famílias beneficiárias de todo o Brasil, tal como para as famílias de Malhada dos Bois/SE, lócus de foco da pesquisa aqui mencionada.

3 BOLSA FAMÍLIA EM MALHADA DOS BOIS/SE

No município de Malhada dos Bois/SE, a Política de Assistência é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), os serviços de proteção social básica sócio-assistenciais são operacionalizados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Malhada dos Bois/SE é uma cidade com 3.456 habitantes (IBGE, 2010), fundado aproximadamente em 1850, recebeu este nome porque no local existia uma nascente onde o gado ia malhar, e sempre que boiadeiros passavam por ela dizia que iria pernoitar na “Malhada”, a “Malhada dos Bois”, e assim ficou registrado o nome da cidade. O município está localizado na região do Baixo São Francisco. Foi elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 525 de 25 de novembro de 1953. Em 1954 foi emancipada e foi empossado seu primeiro prefeito – Romeu de Aguiar Figueiredo.

Malhada dos Bois tem seu território localizado no Leste Sergipano tendo uma distância de 74 km da Capital do Estado, ligado pela BR 101. Sua área geográfica é de 82,57 km², constituído de cinco povoados: Povoado Tabocal, Fluvião, Congo, Cruz das Donzelas e Baixão. A área do município totaliza 59,3 km², com densidade demográfica de 54,68 hab/km².

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Malhada dos Bois/SE foi criada no dia 22 de agosto de 1997. Atualmente, a instituição atende aproximadamente 200 famílias por mês, desde o comparecimento aos programas sócio-educativos até as orientações das Assistentes Sociais. A equipe multiprofissional é formada por uma Secretária Municipal de Assistência Social, duas Assistentes Sociais, uma Coordenadora do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV), um Advogado, uma técnica do Bolsa Família, uma Auxiliar de Serviços Gerais e um Recepcionista.

Hoje, a instituição tem como principais serviços/programas o SCFV e o Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, desenvolve também ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), encaminhando possíveis beneficiários ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e acompanhado o processo de concessão do benefício; também insere beneficiários nos serviços sócio-assistenciais, orientando a essa população beneficiária sobre seus direitos e procedimento para acesso.

A instituição tem como objetivo o desenvolvimento de apoio às famílias carentes para conquista de sua cidadania, busca-se implantar serviços de atendimento à criança e ao

adolescente vulneráveis através de programas de capacitação para jovens que promovam atividades que tenham um teor sócio-educativo.

O cadastro do Bolsa Família em Malhada dos Bois/SE é realizado na SMAS, localizado na Rua Nº 171, Centro. Para concessão do benefício a família deve estar dentro dos critérios do programa. Sendo assim, a Mãe responsável pelo benefício, deve comparecer com os seguintes documentos (de todos que compõem a família e residem na mesma casa) Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) Certidão de nascimento, declaração escolar, Carteira de Trabalho “se tiver” e um talão de energia atualizado.

Após o cadastro realizado no Formulário de Cadastro para Programas Sociais do Governo Federal, as informações são lançadas no sistema do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Essas informações referem-se às condições de moradia, a renda familiar, as despesas que a família tem, a escolaridade dos componentes da família, dentre outros. Além destas servirem para o processo de concessão, servirá também para acompanhamento do desenvolvimento social desta família.

O CRAS de Malhada dos Bois/SE é classificado como de pequeno porte, com capacidade de atendimento de 2.500 famílias referenciadas, devido o município possuir 3.456 habitantes (IBGE, 2010). Este atende famílias em situação de vulnerabilidade social, ocasionado principalmente pela pobreza. Atende também famílias com vínculos rompidos tal como a oferta de serviços, projetos e programas sociais, garantido de tal forma direitos conquistados constitucionalmente, sem discriminação de raça, cor, sexo, cultura e/ou religião.

3.1 A importância do Programa Bolsa Família para as famílias de Malhada dos Bois/SE

Em Malhada dos Bois/SE 80% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza e grande parte dessa população está localizada no Conjunto Maria Rosa. Portanto, foi pertinente trabalhar as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (PBF), já que é encontrado nesse lócus de pesquisa um elevado índice de pobreza, consequência do alto índice de desemprego.

É preciso destacar que a pesquisa contemplou as famílias localizadas no Conjunto Maria Rosa nas Ruas A e B. Foi realizado uma visita domiciliar em 25 (vinte e cinco) residências

com 25 (vinte e cinco) beneficiárias, tendo como instrumento principal da pesquisa a entrevista, através da qual foi possível entender a relação dessas famílias com o programa e a importância deste para o desenvolvimento social destas.

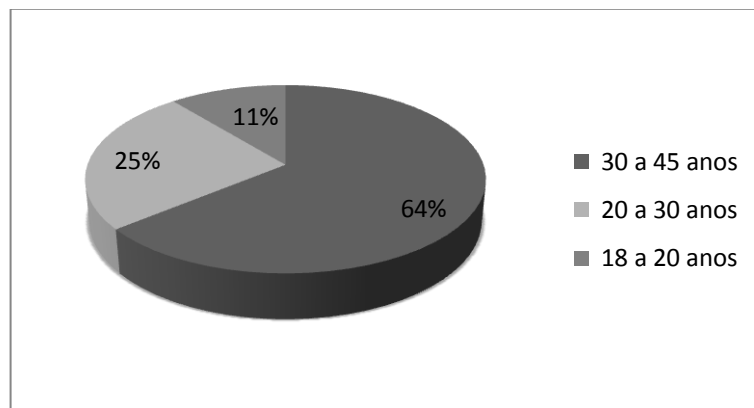
O roteiro da entrevista está organizado em dois momentos, o primeiro está desenvolvido por meio de uma identificação das entrevistadas, contendo nome, idade, se tem filhos e quantos. O segundo momento refere-se ao conhecimento que a beneficiária tem com o programa e a importância deste para as mesmas, tais como: *Para você, o que é o Programa Bolsa Família? Qual a importância deste programa para você e sua família? Cite um ponto positivo e um negativo com relação ao programa. Qual a estratégia utilizada pela sua família para sair da pobreza? Qual a importância dos programas sócio-educativos oferecidos na Secretaria de Assistência do município? Qual a expectativa de futuro da família com relação ao Bolsa Família? Como era que a família enfrentava a pobreza antes do surgimento do programa? Como ficará a situação da família, se por ventura o programa passar a não existir mais? A renda do benefício é aplicada em que? A família tem cumprido regularmente as condicionalidades exigidas pelo programa, nas áreas da saúde, educação e assistência social? A família alguma vez teve seu benefício bloqueado, suspenso ou cancelado? A família possui outra renda além do benefício?* Com estas perguntas buscou-se entender as reais condições enfrentadas pelas famílias em questão, além de possibilitar um acompanhamento breve e eficaz da vida destas com o benefício.

A pesquisa foi desenvolvida através de visitas domiciliares, a qual foi realizada uma entrevista por meio de um questionário, este vem indagar várias situações sobre o Bolsa Famílias e a situação das Famílias em questão. Assim, teve como finalidade conhecê-las, e entender a importância do programa para elas, além disso, foi possível perceber também a relevância dos serviços sócio-educativos oferecidos na Secretaria de Assistência do município e se as condicionalidades do programa estão sendo cumpridas assim como é exigido pelo programa.

A entrevista foi realizada individualmente, pois assim permitiu em melhor entendimento das falas de cada entrevistada. Aqui no trabalho foi considerado o desenvolvimento das falas, colocando-as como mencionada pela pessoa e em seguida foi feito um comentário com uma análise destas falas, fazendo também uma correlação da teoria com a prática. Assim a pesquisa está dividida em dois momentos: o primeiro vem abordar a identificação das entrevistadas e o segundo momento vem descrever o resultado da mesma.

Como podemos ver no gráfico abaixo, as famílias entrevistadas têm uma faixa etária entre 18 a 45 anos. São consideradas mães de família jovens, que poderiam estar inseridas no mercado de trabalho, garantindo assim uma renda a mais para a família, proporcionando uma melhor perspectiva de futuro para os filhos. Porém a realidade dessas famílias é bem diferente, há um elevado nível de pobreza conforme resultados da pesquisa em questão, o que não deixa de ser preocupante.

Gráfico I
Idade das Famílias Entrevistadas

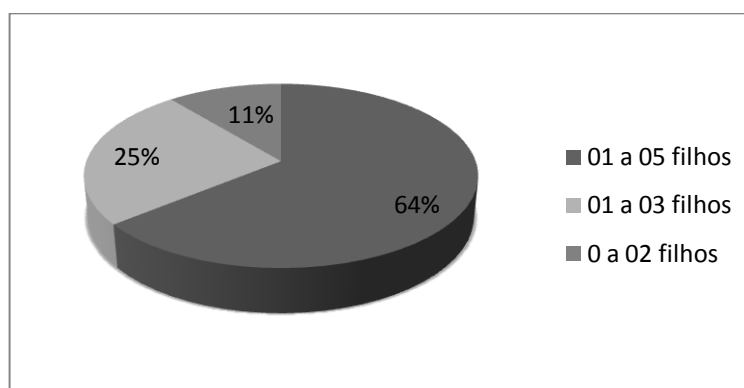


Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

Ainda podemos perceber que as mulheres entrevistadas com idade entre 18 a 20 anos, são jovens que há alguns anos participaram dos programas sócio-educativos ofertados na SMAS do município. Assim, é notório que estas entendem a importância dos mesmos para as crianças, adolescentes e jovens da atualidade que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

As famílias em sua maioria têm entre 01 a 05 filhos, assim como é posto no próximo gráfico. Os filhos possuem uma faixa etária entre 03 a 17 anos, é a idade em que a família deve investir na educação, promover o desenvolvimento social garantindo o futuro das crianças e destes. É o momento de contribuir para que os mesmos não venham “entrar no mundo” da criminalidade, nem das drogas e dos vícios, para tanto é de grande relevância a atuação da família em meio a esses problemas que a vida impõe em nossas vidas, causando futuras consequências.

Gráfico II
Quantidade de Filhos das famílias Entrevistadas



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

O Bolsa Família desde seu surgimento até os dias atuais tem garantido uma renda mínima para milhares de famílias pobres e extremamente pobres. Sabe-se que muitas destas famílias não sabem definir o real significado do programa, entende-se somente que é uma ajuda. Nas falas das entrevistas fica evidente que é uma ajuda do Governo. Assim, a partir desta análise foi indagado: *Para você, o que é o Programa Bolsa Família?*

“É uma ajuda né que ajuda muito a gente...” (M. C. 33 anos, Beneficiária entrevistada)”.

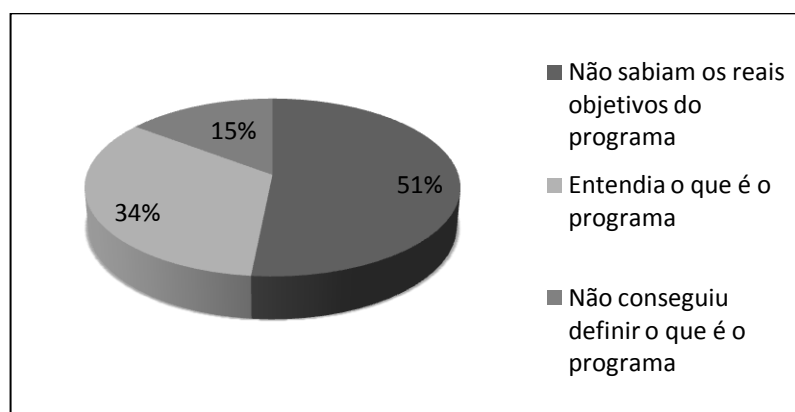
“É uma renda que ajuda a gente, é pouquinho mais ajuda. (E. S. 27 anos, Beneficiária entrevistada)”.

“É uma ajuda que o governo dá para as famílias de baixa renda, famílias pobres”. (A. A. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

“É uma ajuda muito boa, uma coisa muito boa mesmo”. (V. J. 24 anos, Beneficiária entrevistada)

No decorrer dessa pergunta, percebe-se que as famílias sentem um pouco de dificuldade em saber definir o programa, e deixa claro que é apenas um benefício e, que é muito bom para a família. Mas, desconhece que é um direito garantido pela Lei, onde diz no artigo 6º da Constituição federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (EC nº 26/2000 e EC nº 64/2010)”. Nesse caso esses direitos são garantidos em forma de programas desenvolvidos pelo Governo Federal.

Gráfico III
Conhecimento das Famílias Acerca do programa



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

Nas falas das entrevistadas foi percebido que a importância da transferência da renda do benefício é de grande relevância, pois se trata de uma garantia de acesso a alimentação, material escolar para os filhos, roupas, calçados, remédios, entre outros. É pertinente destacar que todas as famílias entrevistadas afirmaram ser muito importante o programa.

O foco da pesquisa foi conhecer a importância deste programa para essas famílias, já que há um elevado índice de pobreza, é notório que esse é de grande relevância, uma vez que promove o alívio imediato da fome, contribuindo para sair da pobreza. Para tanto é lançada a segunda questão: *Qual a importância deste programa para você e sua família?* Assim relata (V. J. 24 anos) “Ajuda muito a gente né, a gente pode comprar muita coisa...” Dessa maneira podemos perceber também as falas de outras famílias que contribuem com suas falas sobre a importância do programa:

“Para mim é muito importante, porque com esse dinheiro eu posso pagar a internet.” (R. S. 27 anos, Beneficiária entrevistada).

“É muito importante para mim, porque ajuda muito da parte financeira”. (A. A., 33 anos, Beneficiária entrevistada).

“A importância é que ajuda a comprar um caderno, uma roupa pro filho e isso é bom.” (E. S. 23 anos, Beneficiária entrevistada).

É interessante observar que a importância do programa para estas famílias está relacionada a ter acesso a uma renda para sanar as necessidades básicas e assim poder comprar material escolar para os filhos, investir numa melhor educação e até comprar alimentação, pois existem milhares de famílias que dependem da renda do benefício para manter a casa, neste caso torna-se mais importante essa renda direta do programa.

Todos nós seres humanos temos uma opinião sobre algo ou alguma coisa, seja positiva ou negativa, e com o Bolsa Família não é diferente, assim, no decorrer da entrevista foi posto a seguinte questão: *Cite um ponto positivo e um negativo com relação ao programa.* Em meio a essas questões, as entrevistadas salientaram ter um ponto positivo e um negativo acerca do programa, tal como salienta (A. A. 33 anos): “O ponto positivo é que ajuda muitas pessoas né... E o ponto negativo é que muita gente que recebe sem precisar, com é o caso de pessoas ligadas a prefeitura e isso influencia...”. Esta deixa bem claro sobre sua opinião em relação às vantagens e desvantagens do benefício. Vejamos também:

“Acho que o ponto positivo é sobre a escola né, que incentiva que as crianças vá pra escola estudar, porque se num tivesse muita criança num ia. E o ponto negativo é que tem gente que recebe e não precisa, e tem gente mais precisada e não recebe, eu acho isso um erro”. (M. C. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

“Ajuda muita gente que tem seu emprego, mas ajuda com mais um pouquinho né... O povo brasileiro não quer mais trabalhar porque tem o programa e acaba se acomodando.” (M. R. 18 anos, Beneficiária entrevistada)

O PBF é um programa que tem seus critérios, um deles é a questão da renda per capita da família, ou seja, esta só será contemplada se estiver dentro dos critérios exigidos pelo programa, mas sabe-se que na prática ainda existem pessoas com condições financeiras suficientes e ainda são contempladas. Assim, ficou claro que as entrevistadas caracterizam essa questão como algo errado e que a culpa é do município que apóia essas ações errôneas.

A pobreza é uma questão social enfrentada por milhares de famílias brasileiras, é uma realidade marcada pelo desemprego, falta de oportunidade, discriminação por raça, cor, etnia, cultura e religião. Com o Bolsa Família a renda de muitas dessas famílias melhorou, principalmente para os filhos, tendo esses o compromisso de cumprir regularmente a freqüências nos espaços públicos exigidos pelos critérios do programa, o que não deixa de ser relevante. Partindo dessa análise, foi questionado as entrevistadas - *Qual a estratégia utilizada pela sua família para sair da pobreza?* Conforme as falas das famílias, podemos entender:

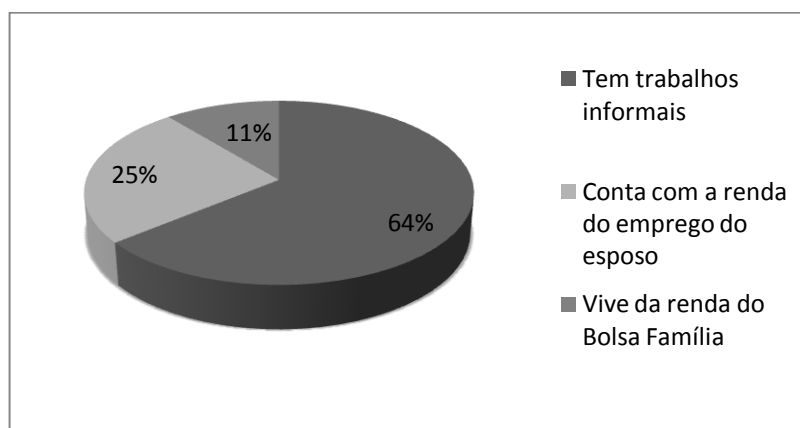
“Eu mesmo vendo trufas, faço cabelo, escovo, faço de tudo um pouquinho... porque só meu marido trabalha e eu preciso ajudar ele também”. (B. O. 25 anos, Beneficiária entrevistada)

“É procurar trabalho, pois só o programa não basta...”. (C. S. 28 anos, Beneficiária entrevistada)

“Quando arruma alguma coisa trabalha, quando num arruma, fica dependente do dinheiro do Bolsa Família.” (T. M. 40 anos, Beneficiária entrevistada)

É importante perceber que quase todas as mulheres entrevistadas não têm emprego formal, e outras nem informal tem, o que é bastante preocupante, devido conviver com a dependência da renda de um benefício que por ventura pode vir a acabar. É um problema vivenciado por inúmeras famílias brasileiras, por isso é importante frisar que mesmo diante de falhas existentes no programa, este não deixa de ser considerado de grande relevância para as famílias pobres e extremamente pobres do Brasil.

Gráfico IV
Famílias que têm Emprego Formal/Informal



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

Os programas sócio-educativos surgiram com o intuito de preparar o desenvolvimento social e profissional de crianças, adolescentes e jovens com uma boa educação e conseqüentemente para o mercado de trabalho, para isso é caracterizado aqui como uma grande relevância na vivência desse público, principalmente nos dias atuais que a violência tem aumentado em grande escala.

Sabe-se que o PBF é um programa com condicionalidades e a assistência social é caracterizada uma das condicionalidades que a família se compromete quando vai realizar o cadastro, para tanto foi questionado: *Qual a importância dos programas sócio-educativos oferecidos na Secretaria Municipal do município?*

“É muito importante né, porque fala do mundo moderno pra não entrar no mundo das drogas, ajuda os jovens a aprender pra arrumar emprego...” (P. S. 43 anos, Beneficiária entrevistada)

“É muito bom porque as crianças a ler e a aprender a desenvolver, a sair do mundo das drogas e ajuda muito... Quando minha filha tiver idade pra entrar no “PETI” eu vou colocar ela”. (R. M. 20 anos, Beneficiária entrevistada)

“É muito bom né, tira as crianças da rua... É bom pra os jovens, tem muito jovem que influencia nas drogas e isso é ruim pra a família né.”. (S. O. 36 anos, Beneficiária entrevistada)

É interessante observar que hoje o que vem constantemente preocupando os pais de família é o envolvimento de jovens nas drogas, esse é considerado um dos casos que tem merecido maior atenção, pois o número de crianças e adolescentes vivenciando essa experiência é muito grande. Na entrevista, muitas mães demonstraram estar satisfeita com os programas desenvolvidos no município, algumas entusiasmadas falam em incluir os filhos nos mesmos, pois segundo elas é um meio de manter a “mente da criança ocupada”, principalmente quando se refere a educação.

O Bolsa Família não é um emprego, muitas críticas são constantemente lançadas contra o programa, o qual muitas pessoas não têm uma ótica dos verdadeiros objetivos do programa. Conforme as falas das entrevistadas foi possível entender que a situação financeira vai sofrer grandes alterações caso o benefício venha a acabar, devido essa ser uma grande ajuda no final do mês. Essa é uma preocupação da maioria dessas famílias entrevistadas.

O Bolsa Família é um programa que pode vir a melhorar em termos de renda e dos critérios, porém pode vir a acabar e, assim é interrogado: *Qual a expectativa de futuro da família com relação ao Bolsa Família?* Dessa maneira, pode ser evidenciado nas palavras destas:

“Acho que de parar num para não, porque tem muita gente passando necessidade e fome e tem que ter algo pra ajudar né, essa é minha expectativa”. (E. S. 27 anos, Beneficiária entrevistada)

“Que um dia vai acabar, porque o povo brasileiro está com uma renda cada vez maior e se aumentar não vai precisar mais né...”. (M. C. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

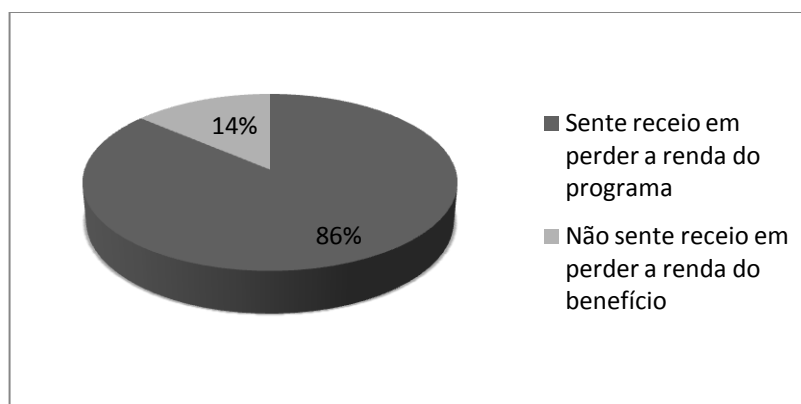
“Eu vi um comentário que ia parar, mas acho que não... Eu espero que não pare, que continui, que ajuda muito.” (R. M. 20 anos, Beneficiária entrevistada)

Muitos equívocos são mencionados com relação ao benefício - que vai acabar e não vai ter mais programa de transferência de renda. Enfim, é uma questão a ser analisada, pois o benefício além de contribuir financeiramente, permite que a crianças, adolescentes e jovens frequentem as escolas regularmente, usufruam do atendimento dos postos de saúde e até participem de programas sócio-educativos, e isso é muito importante. Percebe-se no decorrer da entrevista que as mães sentem receio em pensar em perder a renda, pois algumas delas contam somente com essa renda.

Assim é viável dizer que as expressões da questão social é neste caso denominado à esses exemplos de pobreza, o que permite uma maior intervenção por meio de garantias de direitos constitucional, não permitindo que estes venham a ser violados.

Gráfico V

Preocupação da família com o fim do programa



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

A pobreza é uma questão muito frequente na vida de milhões de brasileiros, a ausência de condições básicas para sobreviver é grande, assim como diz DEMO 2002 “na verdade, a questão é real porque possivelmente este seja o próximo grande desafio: como distribuir a riqueza acumulada pelo sistema produtivo, não das migalhas assistencialistas, mas dos direitos da cidadania (...)” Conseqüentemente a existência dessa riqueza para com os pobres são ofertados através de projetos e programas sociais do Governo, mas ainda não contempla a todos os que necessitam. Partindo dessa análise entende-se que:

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social (COLEÇÃO DIREITOS DO POVO, 2011, p. 336).

Enfrentar a pobreza é um grande desafio para muitas pessoas, ainda mais quando se tem filhos. Conforme as falas das famílias entrevistadas, antes sem a renda do benefício era mais complicado e difícil de enfrentar a pobreza, o qual foi perceptível compreender que muitas dessas passavam por necessidades e como a chegada do programa essa situação melhorou bastante.

Essa realidade está presente na vida das famílias de Malhada dos Bois/SE, uma vez que ainda há uma grande exclusão social e muitos direitos são negados, ocasionando assim a pobreza, o desemprego estrutural, a não participação e não contemplação. Enfrentar esses desafios postos por esta sociedade excludente é muito difícil, já que os meios para adquirir o

desenvolvimento social são muitas vezes negados. Assim, foi lançada a pergunta: *Como era que a família enfrentava a pobreza antes do surgimento do programa?*

“Ah...Era muito difícil, o que arrumava, mas era mais difícil, difícil mesmo...”

V: Era muito ruim, muita gente passando fome, necessidade, sem ter o que comer, o que vestir e calçar, era humilhante, mas com o dinheiro do Bolsa Família tudo mudou...”. (C. S. 28 anos, Beneficiária entrevistada)

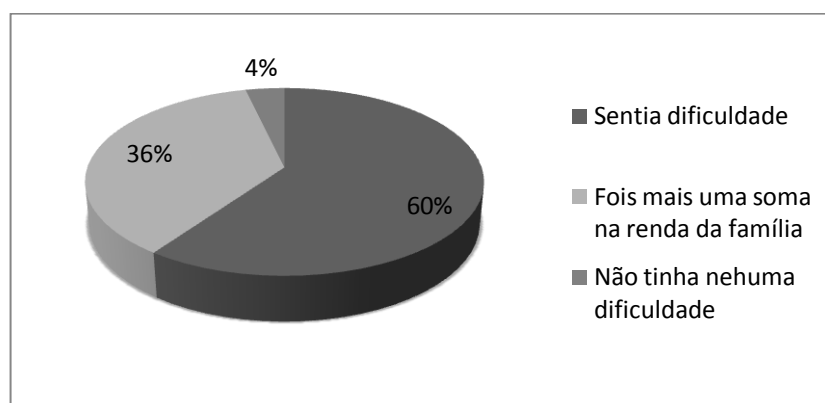
“Foi mais uma ajudinha né, o marido tem o trabalho, mas as vezes não dá pra tudo e o Bolsa família contribuiu muito mesmo”. (A. A. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

“Não, enfrentar dificuldade não enfrentava não, porque meu marido tem o empreguinho dele, senão seria muito ruim mesmo”. (E. S. 27 anos, Beneficiária entrevistada)

Ao responder a pergunta mencionada acima, ficou evidente que as dificuldades enfrentadas em meio à pobreza são muito grandes, e também o quanto o programa contribui. Elas deixam explícito que o Bolsa Família mesmo sendo uma renda mínima ajuda bastante e, isso significa que seria muito mais complicado para essas beneficiárias sem o benefício.

Gráfico VI

Dificuldades enfrentadas antes do Bolsa Família



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

A renda do benefício tem o propósito de garantir uma alimentação de qualidade e saudável, uma boa educação, ter acesso a saúde, entre outros benefícios que possam promover o bem-estar da família. Dessa maneira, ficou notório que a renda transferida pelo programa é de suma importância para as famílias pobres e extremamente pobres, assim é necessário analisar como seria sem esse benefício, já que ele tem proporcionado o desenvolvimento social de muitas famílias. Partindo dessa análise, foi perguntado as famílias entrevistadas: *Como ficará a situação da família, se por ventura o programa passar a não existir mais?*

“Vai fazer um pouquinho de falta, mas... não vai morrer de fome não, porque graças a Deus a gente se vira pra conseguir alguma coisinha né”. (P. S. 43 anos, Beneficiária entrevistada)

“Para mim não vai fazer muita falta, porque não dependo só dele, mas pra muita gente vai, porque tem gente que só vive disso e é ruim pra elas...”. (S. O. 36 anos, Beneficiária entrevistada)

“Só Deus é que sabe, deixe nas mãos de deus...”. (T. M. 40 anos, Beneficiária entrevistada)

“Rapaz... é um furo viu, nem sei o que seria dos meus filhos, eu até fico imaginando essa situação e até fico triste, mas acabo esquecendo e peço a Deus que ele me ajude...”. (C. S. 28 anos, Beneficiária entrevistada)

Muitas das mães entrevistadas têm como sobreviver, pois possuem outra renda, mas ainda existem famílias que dependem de benefícios eventuais e do próprio Bolsa Família, o que torna mais difícil contribuir para o desenvolvimento educacional e social dos filhos, além disso, fica ainda mais complexo prover melhores condições de saúde, enfim, ter condições básicas e dignas de um ser humano. Esse é mais uma preocupação, pois são seres humanos, são vidas dignas de direitos, direitos esses conquistados, e através destes, poder usufruir do acesso à condições suficientes para viver.

O Bolsa Família tem como objetivo a transferência de renda, para assim garantir uma alimentação saudável e uma educação de qualidade. Muitas usam o dinheiro para outros fins, porém é importante salientar que devido a ausência de renda suficiente para suprir as necessidades básicas, as famílias tem utilizado para pagar contas, comprar gás, dentre outros de sua natureza. O importante é contribuir, é trazer possibilidades para essas famílias, é fazer valer os direitos assegurados, pois não basta a transmissão da renda, é importante possibilitar o desenvolvimento social. Assim, foi questionado: *A renda do benefício é aplicada em que?*

“Eu compro roupas pro meu filho, compro comida, material escolar...”. (P. S. 43 anos, Beneficiária entrevistada)

“Nas crianças... Compro roupas, caderno, remédio, mas remédio num gasto muito não porque elas não fica muito doente não... Pago a banca delas, pra ajudar da educação delas...”. (S. O. 36 anos, Beneficiária entrevistada)

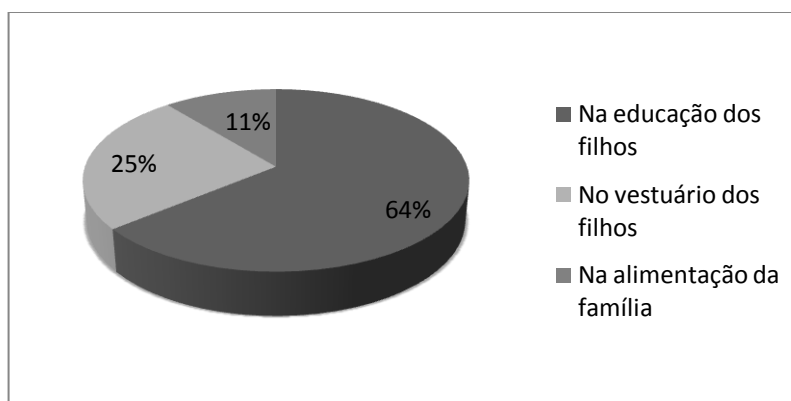
“Compro remédios, roupa e brinquedos para minha filha, ela é muito importante para mim, então tenho que cuidar bem dela né...”. (T. M. 40 anos, Beneficiária entrevistada)

“Compro chinelo, alimento, pago energia, água, bujão, tudo né... É tudo que a gente precisa pagar, as vezes num dá pra pagar e aí fica difícil...” (C. S. 28 anos, Beneficiária entrevistada)

Conforme as respostas das entrevistadas, a renda do benefício é aplicada com materiais escolar, com rouparas, remédios, ou seja, é utilizado com os filhos e na alimentação da família. O que não deixa de ser importante, pois é exatamente o que objetiva o programa – garantir o acesso a esses recursos.

Gráfico VII

Em que a renda é aplicada



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

As condicionalidades são estratégias de garantir o acesso das famílias aos espaços públicos ofertado pelo Governo, esse acesso implica diretamente no recebimento da renda, ou seja, quanto mais os filhos se ausentarem da escola, do posto de saúde e os programas sócio-educativos, as chances de ter o benefício bloqueado e/ou até suspenso é muito grande, e se persistir pode vir a cancelar. Por isso as mães beneficiárias devem se atentar aos cumprimentos exigidos pelo programa. A partir deste contexto perguntou-se: *A família tem cumprido regularmente as condicionalidades exigidas pelo programa, nas áreas da saúde, educação e assistência social?*

“Meus filhos vai pra escola regularmente, não faltam e to sempre perguntando lá na escola como elas tão, pra não deixar faltar a aula... Levo também no dentista, no médico, levo em tudo...”. (R. M. 20 anos, Beneficiária entrevistada)

“Levo sim meu filho a escola e também levo pra dar as vacinas né...”. (A. A. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

“Tem sim, na escola não falta e do posto de saúde cheguei agora, tava pegando uma ficha para consultar minha filha.” (V. J. 24 anos, Beneficiária entrevistada)

As entrevistadas demonstram em suas falas a importância de levar as crianças à escola e ao posto de saúde, para assim garantir a renda do benefício no final do mês, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento destas crianças. Com isso percebeu-se que estas sentem prazer e orgulho de levar os filhos para escola, pois é esse o alicerce para ascender socialmente.

Hoje, existem muitos exemplos de benefícios bloqueados, isso se deve ao não cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa. Às vezes a criança, adolescente e/ou jovem diz que vai à escola, mas acaba desviando-se do seu destino e conseqüentemente

ausentando-se na aula, os pais cientes que estão em sala de aula, acabam surpresos em descobrir que o benefício foi bloqueado ou suspenso por ausência escolar do filho. Mas, é importante que as mães fiscalizem se realmente os filhos estão frequentando a escola, se está se comportando e como vai seu desenvolvimento, isso é fundamental para o crescimento educativo da criança. Então, as questiono: *A família alguma vez teve seu benefício bloqueado, suspenso ou cancelado?*

“Meu benefício já foi sim bloqueado, passei quatro meses sem receber, foi porque eu sair de uma cidade e fui morar em outra, aí sempre bloqueia , não sei por quê...”. (M. C. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

“Já foi suspenso uma vez... mas foi problema que deu no sistema lá...”. (B. O. 25 anos, Beneficiária entrevistada)

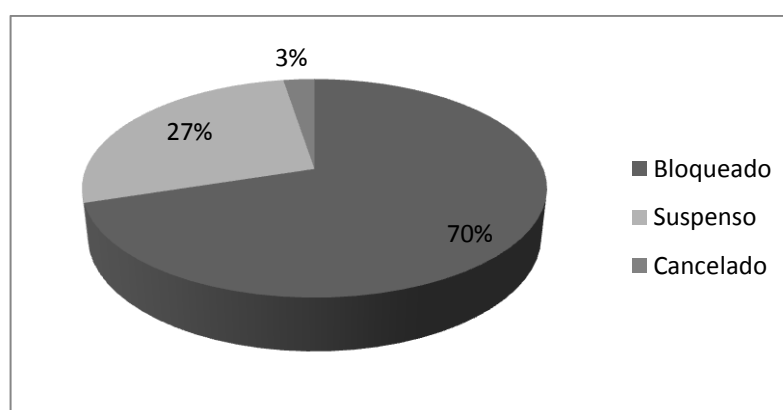
“Nunca foi...”. (E. S. 27 anos, Beneficiária entrevistada)

“Já foi bloqueado uma vez, por eu ter transferido pra outro lugar...” (R. M. 20 anos, Beneficiária entrevistada)

O benefício como abordou algumas entrevistadas, sempre bloqueia quando faz a transferência de um município para outro. Essa situação se dar por conta dos reajustes do novo cadastro, ou seja, até que a família faça um novo cadastro no novo município, as informações do cadastro anterior sobre a escola da criança, o posto de saúde e a assistência social estarão passando as informações sobre a frequência nestes espaços, e conseqüentemente será bloqueado – por falta e ausência nos ambientes exigidos

Gráfico VIII

Benefício bloqueado, suspenso e cancelado



Sabe-se aqui que a renda do benefício é somente uma contribuição que traz o alívio imediato da fome, não deve ser a única renda que a família tem para comer. Para enfrentar os vestígios da pobreza é interessante buscar outros meio de sobrevivência, tal como um emprego, uma renda extra, o importante é não depender somente da renda dos programas

sociais, mas sabemos que a realidade é muito diferente. Nesta ótica, foi posto a seguinte pergunta: *A família possui outra renda além do benefício?*

“Não, me viro com o dinheiro do Bolsa Família mesmo... (C. S. 28 anos, Beneficiária entrevistada)

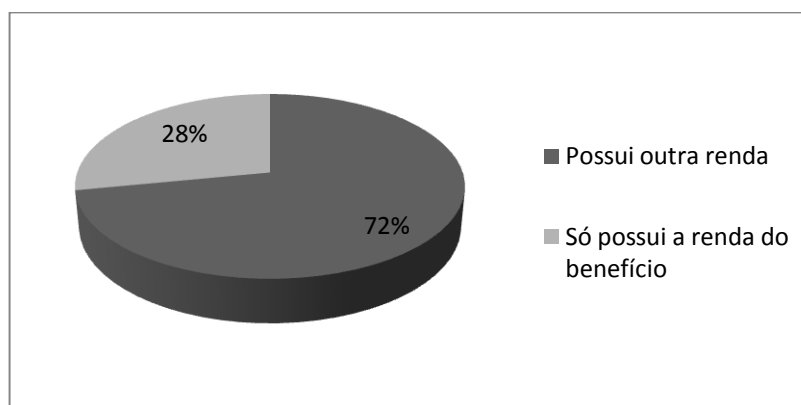
“Sim, tem a do meu Marido, se fosse depender só do Bolsa Família não dava...”. (V. J. 24 anos, Beneficiária entrevistada)

“Meu marido trabalha e eu ajudo com alguns bicos.” (A. A. 33 anos, Beneficiária entrevistada)

Parte das famílias deixou claro que não dependiam somente do benefício, ao menos é um respaldo positivo, mas outra parte ainda vive de “bicos”, trabalhos informais, benefícios eventuais, programas sociais, dentre outros. Assim é posto mais uma das realidades vivenciadas por mães de famílias na cidade de Malhada dos Bois/SE.

Gráfico IX

Renda da família além do benefício



Fonte: (Pesquisa de Campo da Autora do Próprio Trabalho, 2013)

Esse contato com as famílias entrevistadas revelou-se importante, o qual foi possível desenvolver uma reflexão a respeito do Bolsa Família juntamente com estas, desde sua definição até a sua importância. Não foi somente uma conversa entre entrevistador e entrevistadas, foi muito mais além, por isso é pertinente salientar que esta pesquisa proporcionou uma grande experiência e conhecimento na vida profissional e pessoal do acadêmico.

Com isso, cabe aqui mencionar que os resultados obtidos nesta pesquisa foram positivos, por meio destes conseguiu obter as informações com êxito, possibilitando que o trabalho fosse concluído com os melhores resultados possíveis. Atendendo assim as expectativas postas nos objetivos no início deste trabalho.

Essa é mais uma experiência na vida do acadêmico, momento proveitoso e importante para despertar o anseio da pesquisa na sociedade. Além de ser uma vivência prática, já que o Assistente social trabalha também com visitas domiciliares, então, pode-se dizer que esse foi o momento de construir novos conhecimentos e experiência para a vida profissional.

3.2 A relação do Serviço Social com o Programa Bolsa Família

A ampliação da Política de Assistência e dos programas de transferência de renda é uma estratégia do Governo de manter a circulação do capital, de maneira que evite futuras crises econômicas. Através do consumo das famílias em geral esse dinheiro acaba voltando para o mercado capitalista, o que não deixa de ser um círculo de produção e reprodução, ou seja, o que vem volta para o mesmo lugar. Uma vez que essa renda é normalmente usada para compra de alimentos, material escolar, vestuário, dentre outros. Tal como é mencionado abaixo:

(...) Obviamente ainda há muito a ser feito nesse terreno. Programas como o Bolsa Família, com todos os seus limites, indicam que é possível distribuir renda, combater a fome e a pobreza e reduzir desigualdades. Mais que isso, tais políticas desempenham um papel positivo no desenvolvimento econômico, criando e ampliando novos mercados produtores e consumidores (...) (WEISSHEIMER, 2010, p. 40).

O Brasil tem conquistado grandes avanços no sistema de proteção social no combate à fome. O PBF é considerado o maior programa de transferência de renda mensal do país, beneficiando mais de 13 milhões de famílias pobres e extremamente pobres, sendo que esse número aumenta a cada dia. Esse resultado é graças ao conjunto de órgãos – as três entes federais: União, Estados e Municípios trabalhando no desenvolvimento de políticas sociais, principalmente os municípios que tem um trabalho minucioso que é o cadastro das famílias, além de perpassar informações inerentes ao programa, esclarecer e sanar dúvida dos beneficiários, enfim, tornar possível a acesso a informações sobre o mesmo.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha diretamente com as expressões das questões sociais. O Assistente Social, como mediador dessas questões, tem o grande desafio de amenizar os problemas sociais impostos por uma sociedade capitalista e excludente. Não basta querer fazer, é muito mais que isso. É preciso interceder relações, é necessário os

equipamentos inerentes ao seu processo de trabalho, os recursos para que de tal forma seja viável a inclusão dos excluídos. Por vezes fica inviável trabalhar a inclusão, e isso é consequência da falta de mais investimento, ausência de mais profissionais qualificados, que queiram fazer acontecer e faça acontecer.

Hoje o mercado de trabalho para o assistente social tem se intensificado e crescido nos diversos espaços sócio-ocupacionais, tais como na saúde, previdência, educação, habitação, assistência, dentre outros. A Assistência por sua vez é a que mais tem proporcionado vagas, por esta razão tratar de uma política direcionada às pessoas em situação de vulnerabilidade social, situação de pobreza, fome, miséria, calamidade, dentre outros. Para tanto, é notório que a busca por esse serviço é muito intensa, o que torna evidente a necessidade de profissionais para atender as situações impostas pelo mercado capitalista.

A Política de Assistência está organizada por meio de seus princípios e diretrizes, os quais vêm reforçar a garantia dos direitos aos serviços prestados na mesma. A Assistência trabalha por meio de programas sociais do Governo Federal, serviços e projetos, tendo como foco primordial o fortalecimento dos vínculos familiares, o qual é desenvolvido através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFC).

Em sua maioria, o Assistente Social está na coordenação do PBF em seu município, permitindo a aproximação do profissional com o programa, de maneira que este tenha uma ótica da situação de cada família beneficiária. Essa conexão de informações é muito importante tanto para a concretização do trabalho do Assistente Social quanto para o desenvolvimento social dessas famílias. O Assistente Social é sabedor dos direitos de seus usuários, tornando um elo maior, pois esse está sempre informando, orientando, acompanhando casos, o que não deixa de ser relevante.

Dessa maneira, é perceptível a relação existente entre o Bolsa Família e o Serviço Social, devido ser um trabalho contínuo realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e/ou no Centro de Referência de Assistência social (CRAS) de cada município por meio de cadastro das famílias, visitas domiciliares em prol da concessão do benefício, onde cada vez mais os assistentes sociais estão envolvidos nesta ação. O contato do profissional com os programas sociais é constante, seja na gestão pública ou empresarial.

Já que vulnerabilidade social é considerada expressão da questão social, e através do PBF o assistente social trabalha essas expressões, incluindo famílias excluídas, de tal forma que venha promover o seu desenvolvimento social. O Bolsa Família é muito importante hoje,

pois tem retirado milhares de famílias da miséria, e da fome. Assim, destaca Iamamoto a relação do trabalho do assistente social com seu foco de trabalho “a questão social”:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e elas residem e de opõem (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

O serviço social tem como principal foco de trabalho a questão social. Entende-se por questão social um conjunto de desigualdades sociais, onde uma grande massa da sociedade vive a exclusão social, com direitos negados. Hoje a sociedade vive num mercado capitalista cada vez mais competitivo e explorador, ocasionando a desigual distribuição entre as classes, gerando assim a pobreza. Muitos não conseguem ter acesso ao que produz, esse é um dos maiores exemplos da exclusão social.

O Assistente Social, mediador de relações sociais, trabalha as questões sociais numa perspectiva de melhoria e garantia no âmbito dos direitos sociais garantidos em lei. Por meio dos mecanismos teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político o Assistente Social trabalha os programas oferecidos pelo Governo Federal, de tal maneira que realize o processo de inclusão de famílias vulneráveis nos mesmos.

As desigualdades sociais marcadas por um processo de produção/reprodução do sistema capitalista tem permitido a exclusão de indivíduos e famílias caracterizados como desprotegidos e vulneráveis. Tal como direitos negados, acesso limitado, tornando cada vez mais vulnerável a pobreza, ao desemprego, ou seja, a uma qualidade de vida. Essa exclusão está associada a ausência de uma boa educação, alimentação saudável, vestuário, etc.

Toda essa conjuntura ganha espaço com o processo de industrialização, no século XVIII, onde pessoas em busca de emprego se mudam para a cidade com o objetivo de melhoria de vida. Mas conseqüentemente, esta ação se transformaria em um grande transtorno. Assim, com um grande número de pessoas se mudando para as cidades, estas ficaram aglomeradas, de tal forma que as condições de vida tornaram-se indignas e precárias. Pois, essas famílias morando em cortiços, sem nenhuma condição de higiene e saneamento, permitindo a proliferação de pragas, chagas e doenças. Esse momento é marcado por um vasto círculo de exclusão social, desde as condições de moradia ao acesso negado dos direitos trabalhistas. Sendo assim, cabe aqui fazer uma breve análise em questão:

(...) a causa da exclusão social está em determinantes econômicos e políticos, está relacionada à pobreza. A população excluída está socialmente desprotegida contra a vulnerabilidade social (...).A exclusão é reconhecida pela sociedade e por entidades governamentais a partir do processo de urbanização, do processo de modernização, da sociedade marcada pela Revolução Industrial no século XVIII que trouxe profundas mudanças culturais, sociais, mas, sobretudo mudanças econômicas na história da sociedade (NOME, Módulo Responsabilidade Social / Desenvolvimento Sustentável-UNIT/2013).

Assim, a pobreza é um fator causado principalmente pela massificação do desemprego que caracteriza a atualidade. A pobreza conseqüentemente gera a exclusão e esta ocasiona a “quebra” dos vínculos familiares. Portanto, o Assistente Social por meio de seu trabalho, vem mediar as questões postas nesta demasiada sociedade. Esse processo se dá conforme está previsto na Lei nº 8.662/93 – a Lei que Regulamenta a Profissão. Para tanto, é destacados em seu artigo 5º e incisos:

Art. 5º - Constituem atribuições do (a) assistente social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos e Unidade de Serviço Social;

III – assessorar e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – assumir, no magistério de Serviço social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistente social, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Sendo assim, percebe-se o elo existente entre o Programa Bolsa Família e o Serviço Social, já que no artigo colocado acima, aborda todos os aspectos referentes as atribuições do Assistente Social quanto aos programas sociais e avaliação de projetos. Então, é notório mencionar que o profissional através deste terá suporte e subsídios para inserir e incluir os excluídos e/ou não inseridos nos serviços públicos oferecidos pelo Governo Federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de questão social não é tarefa fácil, pois sabe-se que tem se alastrado nos últimos tempos. Na atual conjuntura é pertinente observar que estas questões tem-se predominado de tal forma que torna-se cada vez mais explícito as consequências desse mundo globalizado, que denomina-se a exclusão social, onde uma pequena minoria da população brasileira usufruem desse “novo mundo”, porém a maioria não tem as condições financeiras de consumir o que o capitalismo oferece.

A classe subalterna é essa maioria, é a classe que sofre as consequências da pobreza, da exclusão. Milhões de famílias brasileiras vivem sem ao menos as condições básicas de vida de um ser humano, sem acesso a uma alimentação saudável, aos postos de saúde e a uma educação de qualidade. Além disso, não podem ficar “de fora” os casos de rua, pessoas sem condições dignas de um ser humano, tornando-se ainda mais vulnerável a doenças e dentre outras situações da mesma natureza.

Partindo dessa análise, verifica-se que a pobreza é uma questão universal, que existe nos diversos países do mundo. No Brasil, essa é uma questão que vem sendo destacada desde o início da década de 1990, quando os Programas de transferência de Renda começam a surgir. O Bolsa Família, por sua vez é considerado um programa de suma importância para as famílias pobres e extremamente pobres do Brasil, por meio de uma transferência direta de renda, a qual tem beneficiado milhões de famílias brasileiras.

As famílias de Malhada dos Bois/SE localizada no Conjunto Maria Rosa em sua maioria vivem em situação de extrema pobreza, e com o Bolsa Família possibilitou uma grande “ajuda” na renda familiar. No decorrer da pesquisa realizada com essas beneficiárias, ficou claro que o programa é um alívio imediato contra a pobreza, uma contribuição mínima, mas de grande relevância.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Malhada dos Bois/SE tem feito um bom trabalho com relação aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além dos projetos desenvolvidos pelos profissionais da instituição. E essa não deixa de ser uma aproximação da sociedade com os espaços públicos, de tal maneira que proporciona um vasto aprendizado tanto para crianças, adolescentes e jovens, quanto para os adultos e idosos. E não deixa de ser diferente com o Programa Bolsa Família, pois tem atendido mais de 200 famílias por mês, pessoas que necessitam de assistência devido

avulnerabilidade social, o que torna esta Secretaria de Assistência tão importante como as outras instituições que atende um público que dela necessita. É importante salientar que o programa Bolsa Família tem alcançado resultados positivos, ressaltando que é uma renda monetária que vem para melhorar a vida das famílias pobres e não para resolver os problemas da pobreza.

A realidade encontrada no Conjunto Maria Rosa em Malhada dos Bois/SE, ainda é uma situação em que a extrema pobreza persiste neste ambiente, a ausência de emprego torna precária a situação dessas famílias em questão. Percebe-se que existe a necessidade de desenvolver projetos sociais que contribuam para o mercado de trabalho, colaborando assim para o desenvolvimento na renda familiar. Faltam mais concursos públicos, para assim dar oportunidade de emprego a quem não tem e precisa.

O Bolsa Família é denominado “a salvação” para enfrentar a pobreza, os resultados obtidos mediante a pesquisa vem abordar a importância para estas. E não deixa de ser relevante já que tem contribuído significativamente para famílias que contam apenas com a renda do benefício para se alimentar, vestir, calçar e ter uma boa educação.

Diante dos fatos apresentados, é pertinente abordar que ainda possuem famílias pobres que conseguem ter uma vida financeira muito bem administrada, pois não dependem somente do benefício do programa, onde este é só mais uma soma para enfrentar a pobreza, para promover o bem estar dos filhos, garantir a estabilidade da saúde da família e não deixar faltar a alimentação diária.

Com a pesquisa em questão, percebeu-se que o Bolsa Família é de suma importância para as famílias e, que é preocupante imaginar que ele pode vir a acabar a qualquer momento. Milhões de famílias pobres e extremamente pobres vivenciarão momentos tristes e desastrosos, sem condição alguma de prover e promover seu desenvolvimento social nem ao menos promover o acesso a educação aos filhos.

A mencionada pesquisa contribuiu significativamente para o desenvolvimento acadêmico e pessoal enquanto estudante de Serviço Social, onde foi possível entender e compreender a importância que a pesquisa tem em nosso dia-a-dia, além de proporcionar um vasto conhecimento, principalmente para o estudante que está quase pronto para entrar no mercado de trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa, ao se inserir numa comunidade para conhecer a realidade de inúmeras famílias, com contexto de vida diferente, maneira de agir, viver e administrar sua família, foi possível levar essa vivência para o resto da vida. Percebe-se então

a responsabilidade que o Assistente social tem em sua prática profissional, o que não deixa de ser desafiador e complexo, diante de grandes obstáculos encontrados e a enfrentar.

Ficou evidente também que essa é mais uma etapa para o acadêmico, é mais um desafio posto e realizado, é mais um conhecimento que a Universidade nos proporciona de tal forma que é indispensável ao estudante. É impressionante que chega um momento em pensamos que não vai conseguir, mas no final dar tudo certo e a conclusão é garantida.

É pertinente acreditar que não só contribuiu para o meu conhecimento, mas para outros acadêmicos que terão a oportunidade de conhecer com mais precisão a realidade dessas famílias que aqui estiveram presente em contexto, que contribuiu significativamente para que esse trabalho se realizasse. Foi uma descoberta para novas pesquisas que serão realizadas em diante.

REFERÊNCIAS

- A Contribuição Profissional e Qualificada do Assistente Social no Programa Bolsa Família Disponível em www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/156 - acessado no dia 23/10/2013.
- ARAUJO, Jose Prata. Guia dos direitos sociais e as diferenças entre a esquerda e os neoliberais / Jose Prata Araujo. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2009.
- DEMO, Pedro, 1941 – Charme da exclusão social / Pedro Demo. – 2. ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção polêmica do nosso tempo.
- FALEIROS, Vicente de Paula, 1941 – A política social do estado capitalista : as funções de previdência e assistência sociais / Vicente de Paula Faleiros – 12. ed.–São Paulo : Cortez, 2009.
- FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. Os direitos sociais e sua regulamentação: Coletânea de leis / Luiz Antonio Miguel Ferreira. - - São Paulo: Cortez, 2011.
- FALEIROS, Vicente de Paula, 1941 – Estratégia em serviço social / Vicente de Paula Faleiros. – 8. ed. – São Paulo, 2008.
- Guia de Política e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Disponível em www.ibge.com.br – acessado no dia 19/10/1013.
- Manual do Entrevistador - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), 2009.
- O BOLSA FAMÍLIA: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Disponível em www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/157 - acessado no dia 27/10/2013.
- Orientações para o acompanhamento das ações do programa Bolsa Família - Coleção Olho Vivo, 2010.
- O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: entre proteção e a “desproteção” social de seus beneficiários. Disponível em www.puro.uff.br/tcc/2011-2/lara%20-%20completo.pdf – acessado no dia 23/10/2013.

Política social no capitalismo : tendências contemporâneas / (organizadoras)Ivanete Boschetti... . – 2 ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28. ES. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004.

Protocolo de Gestão Integral de serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de assistência Social – SUAS.

Programa Bolsa Família (PBF) Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> - acessado no dia 05/09/2013.

REVISTA CREAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social. - - ano 2, n 1, 2008. – Brasília: MDS, 2008 - -.

Revista Trimestral de Serviço Social. Ano XXVII – n. 92 – novembro.

REVISTA CRAS, um lugar de (re) fazer histórias, ani1, n. 1, 2007. – Brasília: MDS 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A política social brasileira no século XXI: a prevalência os programas de transferência de renda / Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria CarmeliaYasbek, Geraldo de Giovanni – 4. ed. Ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaiza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social / Adailza Sposati. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VadeMecum / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos, Windt e Livia Céspedes. – 6. Ed. Atual. eampl. – São Paulo: saraiva, 2008.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil / Marco Aurélio Weissheimer. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

UNIVERSIDADE TIRADENTES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS: PROPRIÁ 8º PERÍODO
ALUNA: KAREN SOUZA DOS SANTOS

ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:_____ Idade:_____

Tem filhos? Sim () Não ()

SOBRE O BOLSA FAMÍLIA:

Pra você, o que é o Programa Bolsa Família (PBF)?

Qual a Importância deste programa para você e sua família?

Cite um ponto positivo e um negativo com relação ao programa.

Qual a estratégia utilizada pela sua família para sair da pobreza?

Qual a importância dos Programas Sócio-Educativos oferecidos na Secretaria Municipal de Assistência Social do município?

Qual a expectativa de futuro com relação ao Bolsa Família?

Como era que a família enfrentava a pobreza antes do surgimento do programa?

Como ficará a situação da família, se por ventura o programa passar a não existir mais?

A renda do benefício é aplicada em que?

A família tem cumprido regularmente as condicionalidades exigidas pelo programa, nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A família alguma vez teve seu benefício bloqueado, suspenso ou cancelado?

A família possui outra renda além do benefício?

